

Sumário

Apresentação	XIII
Prefácio	XVII
Introdução	1
1 O Direito Fundamental à Intimidade	3
1.1 Considerações Introdutórias	3
1.2 Antecedentes	4
1.3 Estados Unidos da América: The Right to Privacy.....	7
1.4 Direito internacional, europeu continental e brasileiro: a intimidade como direito da personalidade	16
1.5 O conceito do direito à intimidade	22
2 O Direito Fundamental à Proteção de Dados de Caráter Pessoal	29
2.1 A sociedade da informação	29
2.2 A tensão entre as novas tecnologias e os direitos fundamentais	30
2.3 Os direitos fundamentais afetados	32
2.4 A configuração de um direito autônomo	36
2.4.1 O desenvolvimento inicial	36
2.4.2 Os instrumentos internacionais	37
2.4.3 Alemanha: o direito à autodeterminação informativa	44
2.4.4 Espanha: o direito à proteção de dados	47
2.4.4.1 A Ley Orgánica 3/2018.....	50
2.4.5 Brasil: a garantia constitucional (Habeas Data) e a tardia Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.....	51
2.5 O conteúdo e limites do direito à proteção de dados pessoais.....	56
2.5.1 Princípios e regras.....	56
2.5.2 Limites dos direitos fundamentais: conteúdo essencial e princípio da proporcionalidade.....	58
2.5.3 Conteúdo e limites do direito à proteção de dados pessoais	68

3 Os Dados Genéticos e o Direito a uma Proteção Específica	73
3.1 Os dados genéticos e suas diferentes aplicações.....	73
3.1.1 O desenvolvimento da Biotecnologia e da Genética: esclarecimentos sobre o genoma humano	73
3.1.2 As diferentes aplicações da análise do DNA humano.....	76
3.1.3 Dados genéticos: singularidade e particular afetação dos direitos fundamentais.....	77
3.2 A especial tutela dos dados genéticos: o direito à proteção dos dados genéticos	81
3.2.1 Os instrumentos internacionais inspiradores das legislações internas.....	81
3.2.2 Espanha	89
3.2.3 Brasil	92
3.3 O tratamento de dados genéticos para fins criminais como exceção ao princípio do consentimento informado e sua disciplina específica.....	95
3.3.1 A impressão digital genética única de cada pessoa	95
3.3.2 A disciplina específica do tratamento de dados genéticos para fins de investigação criminal	97
4 A Utilização de Dados Genéticos para a Identificação Criminal	101
4.1 A confiabilidade da identificação humana pela impressão digital genética	101
4.2 A obtenção do perfil de DNA, com especial referência ao Direito espanhol.....	106
4.2.1 A coleta de amostras duvidosas	108
4.2.2 A coleta de amostras indubitadas.....	113
4.2.2.1 As intervenções corporais.....	113
4.2.2.2 A coleta de amostras diretamente da pessoa como intervenção corporal e os direitos fundamentais afetados	119
4.2.3 A coleta de amostras abandonadas	135
4.3 A obtenção do perfil de DNA no direito brasileiro	137
4.4 Os bancos de dados de perfis de DNA.....	143
4.4.1 O sistema Prüm	152
4.4.2 O banco de dados de perfis genéticos da Interpol.....	156

4.4.3 O banco de dados de perfis genéticos na Espanha.....	157
4.4.4 O banco de dados de perfis genéticos no Brasil.....	160
Conclusão	171
Bibliografia	175